autuado por Carlos Eduardo Gomes em 29/07/2021 15:39:42.

Folha nº 100
do Processo nº 04-003/2014
Ana Lúcia de Oliveira Sousa
RF.: 100823

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PRESIDENTE: MÁRIO COVAS NETO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 05/11/2014

OBSERVAÇÕES:
- Notas taquigráficas sem revisão
- Grafia(s) não confirmada(s)
- Intervenção, expressão ou palavra ininteligível/inaudível
- Manifestação fora do microfone
- Tumulto
- Suspensão

Matéria PLO 3/2014. Documento digitalizado e autenticado por CARLOS EDUARDO GOMES. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=3141402.

autuado por Carlos Eduardo Gomes em 29/07/2021 15:39:42.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Declaro abertos os trabalhos da 17ª audiência pública, que a Comissão de Administração Pública realiza no dia de hoje. Informo que esta reunião está sendo transmitida através do Portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço: www.camara.sp.gov.br, no *link*: Auditórios On-Line. Essa audiência pública foi requerida pela: Associação dos Administradores Municipais – ADAM; Federação das Associações Sindicais e Profissionais de Servidores da Prefeitura do Município de São Paulo – FASP; Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos Públicos do Estado de São Paulo – AEPESP e Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos Municipais de São Paulo – SEAN, através do requerimento nº 41 de 2014, deste Vereador, aprovado em reunião ordinária, no dia 22 de outubro, por essa comissão para discutir o PLO 13/14, de autoria do Executivo.

Esta audiência foi publicada no *Diário Oficial* da Cidade de São Paulo, desde o dia 29/10/14 e também, no dia 3 de novembro, no *Diário de São Paulo* e 4 de novembro, na *Folha de S. Paulo.* Foram convidados para esta audiência pública, além dos Vereadores desta Casa, a Sra. Leda Maria Paulani, Secretária de Planejamento, Orçamento e Gestão, representada pelo Sr. Christy Pato, Chefe de Gabinete da Secretaria de Planejamento; Sr. Francisco Macena da Silva, Secretário de Governo do Município de São Paulo; Sr. Marcos de Barros Cruz, Secretário Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico; Sr. Luis Fernando Massonetto, Secretário de Negócios Jurídicos, Robinson Sakiyama Barreirinhas, Procurador Geral do Município, que também faz parte aqui da Mesa; Sra. Márcia de Oliveira, Presidente da Associação dos Administradores Municipais; Sr. Eneas Arruda Campos, Presidente do Sindicato dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos Municipais de São Paulo. Todos esses que estou citando, se estiverem presentes, estão convidados a fazer parte da Mesa. Sr. Maurílio Chiaretti, Presidente do Sindicato dos Arquitetos de São Paulo e Sr, Manuel do Nascimento Veríssimo, Presidente da Federação das Associações Sindicais e Profissionais de Servidores da Prefeitura do Município de São Paulo.

Abrirei para as inscrições após a fala do Sr. Christy, tendo em vista de que ele relatou que há uma novidade e eu acho importante que ele relate essa novidade antes de se abrirem para as inscrições. Assim, evitamos sobreposições de argumentação.

Tem a palavra o Sr. Christy Pato.

O SR. CHRISTY PATO – Boa tarde a todos. Como a gente vai discutir hoje, diferentemente das outras audiências nas quais nós conversamos, é uma coisa mais pontual, vamos discutir a proposta de emenda à Lei Orgânica. Antes, vou antecipar algumas críticas que vários fizeram em relação à redação. E já vou antecipar uma alteração que vamos acatar. Também antecipar, justificando por que ela estava presente, e como ela não atingia nenhum dos servidores. É com relação àquela palavrinha "municipais", que gerou desconforto dentro do funcionalismo.

Deixe-me retomar a proposta de redação.

Então as redações dos incisos: "Quinquênio: concedido a cada período de cinco anos de serviço público municipal". E a redação proposta para a sexta parte: "concedido aos 20 anos de efetivo exercício no serviço público municipal".

O Dr. Robson tem plena liberdade de me complementar. Mas o debate que fizemos na Sempla, quando construímos essa redação, partiu primeiramente da seguinte discussão: os PLs de subsídio, que criam as carreiras de gestor e de auditor de controle interno, que serão frutos de discussão em audiência amanhã, em audiência, neste plenário.

Em relação à reestruturação da saúde, aproveito para anunciar, a pedido do Sr. Prefeito, que está agendado para o dia 13, semana que vem, um evento de assinatura do PL, que já pronto e na mesa do Sr. Prefeito, que aliás está rubricando todas as páginas. O evento será na próxima quinta-feira, dia 13, de assinatura deste PL para envio à Câmara Municipal. Então esse PL da saúde, que já está pronto, o PL das novas carreiras e um PL de reestruturação do (Ininteligível) de nível superior inserem dentro do Município de São Paulo uma figura que já existe no Governo Federal e em outros entes federativos: as carreiras regidas pelo regime de subsídio.

A rigor, dentro da PGM, a Constituição já nos dá guarida para criar uma carreira em

Matéria PLO 3/2014. Documento digitalizado e autenticado por CARLOS EDUARDO GOMES. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=311402

autuado por Carlos Eduardo Gomes em 29/07/2021 15:39:42.

regime de subsídio dentro do município sem maiores alterações. Contudo, para dar maior transparência a esse debate com o funcionalismo, optou-se para colocar essa emenda na Lei Orgânica para destacar que o regime de subsídio, tal como impõe a Constituição, não é compatível com uma série de gratificações de natureza permanente, dentre as quais quinquênio e sexta parte. Foi daí que surgiu esse debate.

A outra questão diz respeito à palavrinha "municipais" na construção dessa proposta de emenda.

Hoje, não existe uma norma federal que obrigue os entes federativos a abarcarem o tempo pregresso de serviço público prestado em outros entes – cada ente federativo dispõe ou não sobre essa incorporação de tempo pregresso. Ao alterar, estamos alterando apenas para os futuros, pois para quem está não mudaria absolutamente nada. Primeiro porque o quinquênio e a sexta parte já estão computados a partir do seu último evento, então não altera absolutamente nada. O seu tempo pregresso já foi contabilizado, e ele continuaria sendo contabilizado. Você teve o seu segundo quinquênio? Para adquirir o seu terceiro quinquênio, bastam mais cinco anos. Não interfere o fato de ter que recalcular ou não o tempo pregresso em outros entes federativos. Não era essa a questão. Então, para quem está na carreira, não haveria nenhuma alteração a palavra "municipais". A alteração seria para futuros novos concursados. Contudo, como todas as entidades se colocaram contra, que elas querem que seja mantido, mesmo para os novos ingressantes no serviço público municipal, o cômputo de tempo pregresso – se ele foi servidor do estado, se ele foi servidor federal, de outros municípios. Enfim, se ele entrou na Prefeitura de São Paulo, as entidades querem que esse tempo continue sendo computado para as carreiras que ainda estão sendo regidas por quinquênio e sexta parte.

A Administração entende que não há prejuízo, não tem problema. Vamos retirar a palavrinha municipal. Então se mantêm o espírito do texto tal como é hoje, quinquênio são cinco anos de serviço público e sexta parte são 20 anos de serviço público. O servidor traz então o seu tempo pregresso.

As entidades da Educação ficaram muito preocupadas – tranquilizo a Benê e a Margarida que estão presentes -, não há nenhuma intenção de fazer discussão de subsídio para a Educação. Essa palavrinha "municipais" – que as entidades de Educação ficaram um pouco inseguras – tinha simplesmente essa forma, era uma discussão para os próximos concursos, mas vamos retirar a palavra municipais e continua da forma como se encontra.

Outra questão levantada como ressalva por algumas entidades, com relação ao inciso II que fala da sexta parte, no finalzinho do texto lemos: "vírgula salvo exceções previstas em lei". Vou ler o texto inteiro para ficar mais claro: "inciso II, sexta parte concedida aos 20 anos de efetivo exercício no serviço público [e aqui estamos admitindo retirar a palavra municipal] e correspondente a um sexto sobre os vencimentos integrados, salvo exceções previstas em lei".

Para quem não sabe há carreiras na Prefeitura, como a de Procurador, em que a lei que rege a carreira determina que a sexta parte incida apenas sobre o padrão. Então tem de manter, salvo exceções previstas em lei, porque senão, por exemplo, eu estaria mudando a carreira de Procurador em a sexta parte incide sobre o padrão. Se não houver essa vírgula a partir da promulgação dessa emenda, a carreira de Procurador terá a sexta parte calculada sobre os vencimentos integrais.

Essa foi uma das questões, inclusive, do por que da necessidade de ter uma especificação sobre a qual nem todas as alterações têm de ser imediatamente expandidas para todos os planos, porque em alguns casos a sexta parte é apenas sobre o padrão.

Para a grande maioria dos planos a sexta parte é sobre o vencimento integral e isso prevalece, mas para a carreira de Procurador a sexta parte é sobre o padrão e vai continuar assim. Essas eram as principais questões.

Outras questões o Dr. Robson tem mais condições de esclarecer. Muitas entidades me interrogaram sobre o porquê do desmembramento em dois incisos. É porque a redação original é um texto compacto e na proposta há um desdobramento em dois incisos.

Matéria PLO 3/2014. Documento digitalizado e autenticado por CARLOS EDUARDO GOMES. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pk=211408

autuado por Carlos Eduardo Gomes em 29/07/2021 15:39:42.
Folha nº 103
do Processo nº 04-003/2014. 139
Ana Lúcia de Oliveira Sousa
RF.: 100823

Professor, Dr. Robson, por gentileza.

O SR. ROBSON – Essa questão é conhecida dos servidores porque é levada continuamente à Justiça e se discute exatamente a dubiedade que há por causa dessas duas normas estarem no mesmo parágrafo. Discute-se essa parte final sobre os vencimentos integrais, aplica-se apenas a sexta parte ou também ao quinquênio.

A Justiça tem dado ganho de causa ao entendimento do Município de que essa locução ao final – vencimentos integrais – se aplica apenas a sexta parte. Isso é para esclarecer, colocar na Lei Orgânica o entendimento que já é fixado pelo Tribunal de Justiça de São Paulo.

(Manifestação fora do microfone)

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) - Vou sugerir o seguinte: as alterações propostas pelo Governo e aqui relatadas pelo Christy, não só proposta, acho que já é uma decisão, de colocarmos no projeto original as alterações que ele está dizendo. Assim fica mais claro para todo mundo. Aquele que não pode escutar, não compreendeu, a gente vê exatamente no projeto como é que vai ficar.

Vou abrir as inscrições para quem quiser falar contra e a favor do projeto. Temos o limite de encerramento desta audiência às 15h, horário de início do plenário. Peço para todos serem breves.

O projeto original é o que está na tela e onde está em amarelo é a proposta de se retirar. Então vai ficar: inciso I, quinquênio, concedido a cada período de cinco anos de serviço público calculado na forma da lei. Também o inciso II, sexta parte, concedido aos vinte anos de efetivo exercício de serviço público correspondente a um sexto sobre os vencimentos integrais, salvo exceções previstas em lei. Essas são as alterações propostas.

Tem a palavra o Sr. Marcos Augusto, do Hospital do Servidor Público Municipal falando favoravelmente.

O SR. MARCOS AUGUSTO – Boa tarde a todos. Esta é uma carta que foi elaborada pelos servidores do Hospital do Servidor Público Municipal e passa um pouco a realidade que a gente enfrenta diariamente com relação à questão salarial.

"Caros Vereadores e Servidores Municipais, é crítica a situação pela qual passa o Hospital do Servidor Público Municipal e seus profissionais. Apesar dos servidores municipais não contribuírem mais, o hospital continua sendo prioritariamente dos servidores e seus dependentes.

O pronto-socorro atende mais de 11 mil pacientes por mês, sendo aproximadamente 50% servidores e 50% munícipes, ou seja, cumpre um papel relevante no atendimento de emergência e urgência da cidade de São Paulo e é um ponto de referência para os atendimentos do SAMU.

Dados de junho de 2014 demonstraram uma média de 30 mil atendimentos por mês nos ambulatórios central e descentralizados do HSPM. São realizados, mensalmente, aproximadamente, 145 mil exames de apoio e diagnóstico.

Para realizar toda a complexidade de atendimento, cirurgias e exames, contamos com um quadro de profissionais cada vez mais reduzido por causa dos baixos salários. Sem perspectiva de melhoria, mensalmente, vários profissionais deixam a instituição para assumirem outros concursos ou trabalhos na iniciativa privada.

De janeiro a início de setembro tivemos 195 desligamentos, uma média de 21 profissionais por mês. A abertura de concurso e possibilidade de contratação emergencial não tem garantido a inserção e manutenção dos novos profissionais, pois não há atrativos em termos salariais.

Quem perde com isso são os usuários de todos os serviços e os profissionais que se desdobram para realizar o cuidado. Um hospital que já foi referência em ensino e pesquisa, que já teve em seu quadro de profissionais grandes especialistas e que dia a dia perde seus referenciais, um hospital que oferece um amplo campo de estágio. Por isso, somos favoráveis ao Regime Jurídico Único, que permitirá equiparação salarial com os profissionais da Prefeitura do Município de São Paulo, proporcionando salários dignos e um melhor plano de carreira para

Matéria PLO 3/2014. Documento digitalizado e autenticado por CARLOS EDUARDO GOMES. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pid=911402

autuado por Carlos Eduardo Gomes em 29/07/2021 15:39:42.

as categorias que compõem o quadro de profissionais do HSPM. Temos pressa, não dá mais para esperar. Pelo fim do descaso com o Hospital do Servidor, com os seus profissionais, pelo fim do descaso com os usuários dos nossos serviços, pedimos aprovação dos projetos que viabilizam a recuperação da assistência médica do servidor, incluso o 003.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Obrigado. Tem a palavra para falar contra Ana Maria Brisque, bióloga.

A SRA. ANA MARIA BRISQUE – Boa tarde. Em primeiro lugar, atento ao fato porque o colega fala em reajuste de salário. O que todos nós, servidores municipais, queremos são salários dignos. A questão do subsídio não vai atender às reivindicações de melhorias salariais. Queremos salários dignos, salários reajustados de acordo com a inflação, como prevê a Lei Orgânica, que fala que temos de ter reposição inflacionária e isso não foi estendido ao subsídio. Entendemos - e vários advogados foram consultados – que o subsídio é uma figura obscura, não tem garantias salariais. E o que todos queremos é que os servidores sejam valorizados, que todos sejam iguais, que não haja a divisão entre os que optam ou não pelo subsídio. O subsídio vai gerar uma divisão ainda maior entre os servidores. Em vez de uniformizar as carreiras, as pessoas vão entrar na Justiça, vai haver uma maior diversificação dos padrões de remuneração. Entendemos que todos têm de ser valorizados, não tem de haver carreira que recebe por subsídio e outras não. Então, não é oportuno a colocação do subsídio na Prefeitura de São Paulo. Queremos valorização, queremos os direitos que a figura do salário traz ao servidor, que é um regime bem estabelecido e nós temos as nossas especificidades, todos os trabalhadores, somos biólogos, somos de nível superior e aqui estão colegas de várias carreiras, todos contribuem nas áreas da Saúde, do Meio Ambiente, licenciamento, todos são importantes, não tem de haver essa divisão. Realmente, queremos a valorização dos vencimentos, dos salários, como os colegas merecem do HSPM, agentes da Zoonose, pessoas que estão desempenhando papel importante, merecem a proteção que o salário dá e não a figura obscura do subsídio.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Anuncio a presença do Vereador Gilson Barreto.

Quero cumprimentar a todos a dizer que esse é o espírito da audiência pública. As pessoas têm toda liberdade de se posicionar, de se manifestar, mas peço o respeito, ouçam atentamente o que cada um tem a dizer. Não há problema se manifestarem ao final da fala, mas peço que tenham um pouco de respeito, assim como está acontecendo nas duas falas iniciais. Parabéns a todos. (Palmas)

Tem a palavra o Sr. Sérgio Ricardo Antiqueira, Sindsep.

O SR. SÉRGIO RICARDO ANTIQUEIRA – Obrigado, Srs. Vereadores, representantes do Governo, trabalhadores e trabalhadoras do Estado de São Paulo.

Os trabalhadores vieram aqui hoje, organizados pelo Sindsep e mais sete entidades da Saúde, que vão se manifestar, pedir aos Vereadores para que, primeiro, de fato, corrijam os problemas que há no PLO. Não tem de criar... Ficamos surpresos com a criação da palavra municipais, para nós pareceu um golpe, um submarino na proposta. E isso não podia ter acontecido porque o subsídio é uma opção, a pessoa vai optar e sabe dos riscos. Agora, colocar a palavra *municipal,* a gente é totalmente contra.

Isso é um bom avanço, mas para avançar mais no PLO precisa haver um parágrafo único, no art. 97, que garanta que as remunerações por subsídio tenham progressões exclusivamente por tempo. Essa é uma trava de segurança para o futuro porque foram tirados quinquênio e sexta parte e há progressão exclusivamente por tempo nas carreiras. Esse foi o avanço que permitiu as pessoas optarem, e viessem aqui para brigar por suas propostas.

São mais de 30 mil servidores que vão ser beneficiados com as propostas, e gostaríamos que houvesse urgência no envio da proposta da Saúde a esta Casa porque a categoria está na expectativa. O Prefeito não pode sentar na proposta, tem de mandar logo a proposta para a Casa.

Matéria PLO 3/2014. Documento digitalizado e autenticado por CARLOS EDUARDO GOMES. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=3114021

autuado por Carlos Eduardo Gomes em 29/07/2021 15:39:42.

Mas viemos aqui dizer aos Vereadores que mais de 30 mil servidores não podem ser prejudicados porque não há interesse em resolver o problema de uma parte. Tem de haver interesse, espero que consigamos construir uma saída, uma proposta às pessoas que estão em final de carreira. As entidades que sentaram com a liderança do Governo, com a assessoria do Governo apresentaram propostas, e é assim que vamos avançar. Agora, o que não pode acontecer é mais de 30 mil servidores, que estão esperando desde 2013, é uma campanha salarial arrastada ao longo do tempo, que fiquem sem nada do que puderam negociar, é ir para a rua e ganhar! Isso é o justo, é o que tem de ser feito aqui. A gente pede aos Vereadores que aprovem o PLO, com as emendas que propomos, para que os projetos possam andar.

Outro exemplo é a Saúde. Quem é do PLO 003 não adianta, não vai andar nada. Peço aos Vereadores empenho nesse sentido porque o ano está acabando.

Obrigado.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Senhores, vou pedir uma atenção. O relógio azul-claro marca um tempo médio para as pessoas falarem, e que assim tenham tempo para todos falarem. Tanto quanto possível, quem estiver falando, por favor, observe o relógio.

(Manifestação fora do microfone)

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Podem sim. Está liberado, sim. Desculpe. Escutem só: há uma determinação da GCM de manter a quantidade. (Pausa) Muito bem, vou dizer à GCM, há lugar vago. E está liberado aqui também.

As pessoas que quiserem se manifestar, podem se inscrever, poderão se inscrever também. Na medida do possível, todos têm direito de estar aqui. E a GCM dando garantia, vai ser liberado a todos. Estou de pleno acordo com vocês.

Tem a palavra a Sra. Márcia de Oliveira, para se manifestar contra.

A SRA. MÁRCIA DE OLIVEIRA – Boa tarde, Vereador. Muito obrigada pela oportunidade que a Casa nos dá para discutirmos o PLO 03, uma vez que não foi discutido em mesa setorial, onde deveriam estar todos os projetos que lidam com o funcionalismo, que deveriam estar sendo discutido no Simp(?). Infelizmente o Governo quebrou esse vínculo com a gente, de confiança, e a gente teve que adquirir, como sempre, nesta Casa.

Em função disso, nós, administradores, estatísticos e economistas, somos contra a questão do subsídio. O subsídio divide servidores. Nós não somos contra o aumento. Todos nós merecemos e devemos ter aumento, independente de ser nível superior, médio ou básico. Todos nós merecemos e devemos ter, mas nós somos contra o subsídio. O subsídio é uma carta em branco, um cheque em branco que a Administração está pedindo. A gente não sabe o que vai acontecer. Podemos ter leis salariais diferentes para as categorias. A gente entende que essa lei salarial deve ser única para todos os servidores. Portanto, a remuneração, por salário, é uma garantia que todos nós, servidores, independente da categoria, devemos ter.

Entendemos também que o subsídio abre um precedente, que pode colocar todos nós, uns contra os outros, como está hoje, divididos. Deveríamos estar todos aqui como sempre. Estamos há um ano e meio lutando por uma política salarial única. É o que nos unia enquanto categorias, todos discutindo um plano de salário único para servidores. Infelizmente o Governo não abriu mão da questão do subsídio. A gente não é contra rever tabelas, rever categorias, rever tudo. Só somos contra o princípio do subsídio. Desde o começo, estávamos discutindo isso. Em nenhum momento, o Governo teve a abertura de colocar o porquê da questão do subsídio, de forma clara e tranquila, para nós.

Quero deixar só registrado que infelizmente nós deveríamos (ininteligível) nesta Casa, já que o Governo não nos acolheu para essa discussão. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Tem a palavra a Sra. Neide Bíspola(?), da AOPSP.

A SRA. NEIDE BÍSPULA – Boa tarde a todos. Eu sou uma subscritora da mesa de negociação permanente no setor Saúde. A minha associação é favorável ao subsídio, mesmo sendo uma abertura que não é essa que a gente gostaria. Nós somos contra esse PL, porque, a todo o momento, até setembro de 2014, foi nos dito que não havia necessidade de mudança

Matéria PLO 3/2014. Documento digitalizado e autenticado por CARLOS EDUARDO GOMES. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pk=311402

autuado por Carlos Eduardo Gomes em 29/07/2021 15:39:42.

da Lei Orgânica, para que nós da área da Saúde pudéssemos receber sobre o subsídio, tanto é que esse projeto já está, na Câmara, desde abril, e só agora ele veio para discussão. Em nenhum momento, foi discutido, com as entidades da Saúde, que havia necessidade de se colocar esse projeto em votação, para que nós pudéssemos continuar a nossa discussão sobre o projeto da área da Saúde.

Para a gente, já faz três semanas que ele entrou na Comissão de Justiça e Constituição, que votou que isso não é irregular. Eu entendo que não é irregular mesmo, porque a Lei Maior vale mais do que Lei Menor. Então, a todo tempo, eu estava entendendo que essa Lei Menor, a nossa, não fazia diferença, porque a Lei Maior, de subsídio, já estava vigorando para algumas categorias no Governo Federal.

Então, não tínhamos essa preocupação de discussão, mas, no momento em que a gente depara com isso, a todo o momento, qualquer forma de entrar em qualquer plano é por opção. Se é assim, a regra do jogo é conhecida. Eu não acredito que há necessidade de mexerem no artigo original, o 97. Por quê? Porque, a todo tempo, foi dito para a Administração que a remuneração por subsídio não fazia diferença, uma vez que isso já era a Lei Maior. Entendo também que a Lei Orgânica é só o nosso município que tem. Os outros municípios não têm. Como está sendo a remuneração dos outros municípios? Por meio do subsídio ou por meio de salários? (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Anuncio a presença do Vereador Arselino Tatto, Líder do Governo, que já está aqui também tratando desse assunto há algum tempo. Agradeço a sua presença, nobre Vereador.

Tem a palavra o Sr. Claudio Fonseca, para falar contrariamente.

O SR. CLAUDIO FONSECA – Boa tarde a todos. Cumprimento o Sr. Presidente que preside a reunião, o Sr. Christian, da Secretaria de Gestão, os demais Vereadores presentes na mesa e todos os servidores públicos que acompanham essa audiência pública.

No início do ano praticamente, por volta de abril e maio, houve uma mesa setorial, uma mesa central de negociação, para discutir política remuneratória dos servidores públicos. Os servidores públicos, sem distinção entre aqueles que hoje pleiteiam subsídio ou não, há muito reclamam uma política salarial remuneratória para os servidores públicos da Administração Direta, da Administração Indireta e das autarquias, que contemplem o instituto da revisão geral anual, nunca inferior à inflação, que admite a possibilidade, em determinados momentos, de haver a recomposição da remuneração para readquirir o poder aquisitivo dos salários dos servidores públicos.

A campanha salarial repete-se anualmente na data-base. Nós apresentamos uma pauta que era comum com cinco itens a todos os servidores públicos, e, em nenhum momento, qualquer entidade reivindicou a retribuição ao trabalho realizado pelos servidores na forma de subsídio. Apresentado pela Secretaria Municipal de Gestão, pelos representantes do Governo, inicialmente todas as entidades manifestaram-se contra a forma de subsídio, porque subsídio é próprio de carreiras de Estado e de representação, aquelas representações que não carregam vantagens no tempo, como a retribuição para o exercício de mandato parlamentar de Vereador, Deputado ou Senador. Eles recebem subsídios e não remuneração, salários ou padrão de vencimentos.

Para os servidores públicos e aqueles que estão organizados em quadros ou carreiras, há determinados institutos que visam, na verdade, no tempo, valorizar a sua permanência no serviço público, para retribuir, com a sua experiência, com a sua formação e com a sua qualificação, para a melhor qualidade do serviço público. Não há por que se substituir a remuneração dos servidores, que é constituída pelo padrão dos vencimentos, mais quinquênios, mais sexta-parte e mais evolução funcional, em subsídio. Abrir mão do subsídio significa abrir mãos de institutos. Sempre que temem os argumentos, vaiam.

(Manifestações fora do microfone)

O SR. CLAUDIO FONSECA – De qualquer forma, eu respeito a todos, inclusive aqueles que estão defendendo os subsídios. Num curto espaço de tempo, os senhores vão experimentar, como aqueles que já experimentaram nas outras reestruturações, as suas

Matéria PLO 3/2014. Documento digitalizado e autenticado por CARLOS EDUARDO GOMES. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pk=311402

autuado por Carlos Eduardo Gomes em 29/07/2021 15:39:42.

perdas.

Portanto, mesmo sabendo que não se aplica, nesse momento, para a Educação...

(Manifestações fora do microfone)

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Gente, gritando juntos só causa tumulto. Vamos respeitar a palavra de quem está falando. Há pessoas a favor e contra, que falarão alternadamente. Por favor, tenham paciência para escutar a argumentação contrária a ideia dos senhores. Ao final, os senhores podem se manifestar a favor ou contra. Não há problema; mas, enquanto um orador estiver falando, por favor, respeitem. Isso é democrático.

O SR. CLAUDIO FONSECA – Sr. Presidente, não seria justo não reconhecer, nessa audiência pública, que o Governo alterou a proposta inicial, mudando a redação do artigo 97, proposto originalmente, para abrigar parte daquilo que nós defendemos, que o tempo pregresso seja contado para quinquênio e sexta-parte.

Nesse aspecto, cumprimento o Sr. Christian por ter alterado, por ter ouvido os servidores públicos. O seu tempo e outros entes federados devem ser contados para quinquênio e sexta-parte, como já ocorre.

Quanto ao subsídio, somos contrários à política de subsídio, que é contra os servidores públicos e contra o serviço público.

Muito obrigado.

(Manifestações fora do microfone)

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Eu lamento muito que as pessoas não tenham respeitado o que nós combinamos no tempo de fala de cada um. Lamento muito. Independentemente das argumentações favoráveis ou contra, tem que haver uma regra de respeito aos demais. Isso significa que todos têm tempo limitado para falar, dando oportunidade para todos.

(Manifestações fora do microfone)

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Tem a palavra a Sra. Ana Lúcia Firmino, do Sindicato dos Enfermeiros do Estado de São Paulo.

A SRA. ANA LÚCIA FIRMINO – Boa tarde a todos. Em nome do Vereador Mario Covas Neto, cumprimento todos os membros da Mesa. Parabenizo todos os trabalhadores que estão aqui nesse processo de mobilização e reivindicação pela melhoria dos nossos vencimentos e também melhoria das nossas condições de trabalho, não só na questão salarial, mas também melhoria nas nossas condições de trabalho.

Esperamos sinceramente dos nossos Vereadores sensibilização. S.Exas. são representantes do povo, e nós os elegemos. Portanto, essa resposta para a população é dada por meio das nossas ações. Isso reflete também toda uma Administração e todo o mandato de todos os Vereadores, independente de que partidos sejam. As nossas reivindicações é por um salário digno, para que possamos levar, na integralidade, para a nossa aposentadoria. Na Saúde, há várias especificidades e vários penduricalhos. Não queremos isso. Nós queremos sim um salário digno, um salário que seja valorizado e que seja compatível com o que o mercado paga hoje, não só no município de São Paulo, mas em todo o Brasil, para todos os trabalhadores, independente da Saúde, independente de onde eles estejam fazendo as suas ações de serviço.

Portanto, nós esperamos também desta Administração, que se mostrou sensível à reivindicação de todos os trabalhadores, que há anos, as administrações anteriores não tinham, quando se reinstituiu o Simp(?) na cidade de São Paulo. Foi, naquele momento, para nós, trabalhadores, um olhar, pelo menos, da Administração que estava nos acolhendo. Portanto, nós esperamos dessa Administração que resolva, antes do final do ano, a aprovação de todos os projetos, porque o que nós queremos principalmente é dinheiro no bolso, para poder pagar as nossas contas.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Eu solicito que a Assessoria da Casa fique permanente aqui. O momento é tenso e, na medida em que as pessoas não seguem o tempo estabelecido, a outra parte acaba achando que está sendo injustiçada.

Matéria PLO 3/2014. Documento digitalizado e autenticado por CARLOS EDUARDO GOMES. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=211402

autuado por Carlos Eduardo Gomes em 29/07/2021 15:39:42.

Tem a palavra a Sra. Margarida Genofre, Vice-Presidente da Aprofem.

A SRA. MARGARIDA GENOFRE – Boa tarde, Srs. Vereadores, representantes da Administração Municipal e nossos colegas, servidores públicos municipais, com muita honra e com muito orgulho. Eu estou aqui também na condição de coordenadora do fórum de entidades municipais do Simp(?). Estivemos, no ano passado, sentados juntos com o Sr. Prefeito, que se dignou a nos receber, para dizer algumas coisas. Primeiro, S.Exa. queria o diálogo com os servidores municipais, por meio das suas entidades, Segundo, S.Exa. nos afirmou que, na sua gestão, ninguém teria perdas inflacionárias. Terceiro, S.Exa. respeitaria tudo o que o Simp(?) definisse.

Pois bem, no ano passado, em setembro, o Governo veio com a proposta de remuneração por subsídio. Todas as entidades, naquele momento, posicionaram-se e assinaram um documento conjunto, de que seriam contra a remuneração por subsídio. As coisas continuaram e o Governo não respeitou essa posição das entidades, do fórum de entidades sindicais. Não estou falando só da Aprofem, da minha entidade. Estou falando de todas nós aqui. O Governo insistiu, apesar da nossa resistência, na proposta de remuneração por subsídio. Então, hoje estamos aqui numa audiência pública, para tratar do PLO 03, que introduz uma alteração na Lei Orgânica do município, para admitir a remuneração por subsídio, o que não queremos. Segundo, não satisfeito, altera também a questão do adicional e da sexta-parte, para pior, para tirar direitos, altera para desconsiderar o tempo de serviço público como um todo, de outros entes federativos.

(Manifestações fora do microfone)

A SRA. MARGARIDA GENOFRE – Concluindo, Sr. Presidente, nós somos contrários à remuneração por subsídio por várias razões.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Tem a palavra a Sra. Cibele Delia Fernandes, do Hospital do Servidor Público Municipal, para se posicionar favorável.

A SRA. CIBELE DELIA FERNANDES – Boa tarde a todos. O que eu vou ler é bem breve, para defender o HSPM: Apesar de algumas pessoas que são feitas a minoria dizem ser contra o subsídio, dizem que, com eles, estarão perdendo os seus benefícios adquiridos por todo esse tempo que trabalham na Prefeitura. Cabe lembrar que a evolução é feita de mudanças, e, nesse caso, precisamos mudar, precisamos reestruturar, para não ter tantas desigualdades como nós estamos sofrendo. Não entendemos por que se incomodam tanto com o subsídio, sendo que estão tendo a opção de não aderir e continuar recebendo os seus quinquênios, sexta-parte, e que deixem aqueles que querem essa mudança também ter uma oportunidade melhor no futuro. Apesar de dizerem que é um risco, é o que temos de mais palpável no momento, e caso esse projeto, que foi colocado como obscuro, por uma colega no começo, realmente se demonstrar prejudicial ao funcionalismo, nós temos a oportunidade de retornar, nesta Casa, e reivindicar os nossos direitos, porque sempre estão abertos a isso. O que nós estamos defendendo é que o HSPM está totalmente envolvido nessa causa. Simplesmente temos os piores salários. Quem tem os piores salários é que vai entender por que nós estamos aqui; e o pior plano de carreira e somos CLT, sem ter esses direitos de ser estatutário.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Tem a palavra, para se manifestar contra, o Sr. Afloreal Marin, do Sinpeem.

O SR. AFLOREAL MARIN – Boa tarde a todos. Vou ser rápido para dar conta de trabalhar todas as questões aqui colocadas. Anteriormente algumas pessoas já colocaram algumas questões. Como servidor público municipal, com 33 anos de Prefeitura, solidarizo-me com os colegas que hoje estão propensos a optar pelo subsídio, como uma forma de encarar os reajustes de salário, mas quero alertá-los de algumas questões, da qual nós estudamos, nós nos debruçamos e analisamos algumas situações, que são nefastas a essa proposta. A primeira delas é dizer para a bancada do Governo que a Constituição não impõe o subsídio. A Constituição permite o subsídio, como foi explicado pelo Sr. Claudio, para as carreiras de

Matéria PLO 3/2014. Documento digitalizado e autenticado por CARLOS EDUARDO GOMES. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pk=241402

autuado por Carlos Eduardo Gomes em 29/07/2021 15:39:42.

Estado, principalmente para aquelas de mandato de representação. Portanto, permitir o subsídio não significa impor o subsídio. Segundo, nós estamos na Prefeitura de São Paulo enquanto coletivo dos servidores públicos já há mais de uma década sem reajuste salarial. Olhando para os colegas do HSPM, eu entendo a situação que os colegas estão dizendo e estão colocando, porque estão com os salários achatados e, como usuário do Hospital do Servidor e membro do conselho gestor do Hospital do Servidor, eu sei a dificuldade que o hospital enfrenta e a luta que nós estamos colocando, para ter dinheiro no hospital, para garantir que o salário dos servidores seja compatível e não percamos os profissionais que há lá.

Por outro lado, há décadas não há reajuste. Na verdade, nós tivemos uma forma camuflada de reajuste, 0,01 nesses últimos mais de dez anos. O que isso significou para algumas pessoas? O quinquênio e a sexta-parte podem ser a oportunidade daqueles colegas de garantir alguma coisa a mais no salário, porque a inflação corroía. Aí hoje, na situação colocada, acabam querendo aceitar a primeira proposta que aparece.

Concluo dizendo que, a curto prazo, isso pode resolver. A médio prazo, com uma invalidez ou com uma pensão, deixarão desabrigados os seus familiares, e, a longo prazo, não levarão isso para a aposentadoria, exatamente no momento que os senhores precisarão desses salários. Ter hoje subsídio e padrão de vencimentos significa a possibilidade de congelar-se o padrão e se ter alguma coisa no subsídio, mas depois não terão isso na aposentadoria. Contra o subsídio.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Tem a palavra a Luana Umeda, do Hospital Público Municipal.

A SRA. LUANA UMEDA – Boa tarde a todos. Vou ler uma carta que foi elaborada pelos funcionários do Hospital do Servidor Público Municipal: Srs. Vereadores, nós, os mais de 2.700 funcionários públicos do Hospital do Servidor Público Municipal, pretendemos, por meio dessa carta, nos posicionar a favor dos projetos de lei orgânica PLO 003 e o PL de reestruturação das carreiras da Saúde. Sofremos, durante anos, o descaso do Governo, sem reajuste e com o plano de cargos e carreiras, onde conseguimos uma progressão funcional de 5% a cada três anos, que só é possível através da avaliação de desempenho e apresentação de cursos e títulos. O nosso salário está congelado. Não temos quinquênio, sexta-parte e nem gratificações, como PPD, que todos os funcionários da Prefeitura recebem no seu holerite no final do mês. Assim, recebemos, com bons olhos, esse projeto de lei de reestruturação das carreiras e remuneração por subsídio, visto que ele irá aproximar a nossa remuneração com os funcionários municipais, propondo uma isonomia salarial e principalmente jurídica para os funcionários públicos municipais da área da Saúde, incluindo HSPM e todas as autarquias hospitalares municipais de São Paulo. Somos um imenso quadro de profissionais de nível fundamental, médio e superior que estão cansados de não serem valorizados e reconhecidos. O hospital, como toda rede pública, tem percebido um aumento de sua procura em volumes acima da capacidade que poderia comportar; porém conseguimos, com muito empenho, manter níveis de atendimento e satisfação regulares que conferem a essa instituição credibilidade depositada pelo funcionalismo. Com isso, o HSPM está sofrendo com uma série de consequências, como a falta de funcionários, pois nem a abertura de novos concursos ou mesmo a contratação emergencial não garantem a inserção e a manutenção de novos profissionais no quadro. Assim, gostaríamos que, dessa vez, os senhores priorizassem os mais de 30 mil trabalhadores da área da Saúde e de outras repartições, que, por anos, têm um histórico de exclusão das políticas governamentais e que agora têm oportunidade de reverter essa situação. Somos sim a grande maioria dos trabalhadores, que serão beneficiados com esses projetos de lei, e contamos com o apoio dos Srs. Vereadores para a aprovação desses projetos, para que possamos ter um salário digno, uma reestruturação de carreira decente e um piso salarial mais justo.

(Manifestações fora do microfone)

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Tem a palavra o Sr. Adalson

Matéria PLO 3/2014. Documento digitalizado e autenticado por CARLOS EDUARDO GOMES. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pid=91402

autuado por Carlos Eduardo Gomes em 29/07/2021 15:39:42.

Cavalcante, do Sinpeem, para falar contra.

O SR. ADALSON CAVALCANTE – Eu participei pelo Sinpeem da primeira reunião com o Sr. Prefeito, quando reinstalou o Simp(?). Lá foi dito que nós não teríamos perda alguma e que tudo passaria pelas duas mesas, a mesa central e a mesa setorial. Não vi, na mesa central, esse documento que ora está aqui para ser votado. Eu vi sim começarem os trabalhos hoje, dizendo a inverdade que subsídio era constitucional. Não há necessidade de ser... Pela Constituição, não se obriga isso. Primeiro, obriga e nos dá o direito de negociarmos e de termos planos de trabalho, salários e carreiras. Não estou vendo isso aqui. Estou vendo um afronta, que dá abertura para outras categorias no momento. Se mudam a Lei Orgânica do Município, estão dando oportunidade para o Governo agir como quiser no futuro. Portanto, gente, nós temos que ter os olhos abertos. Nós, que somos representantes de todos os funcionários, fazemos parte do conselho gestor do HSPM e lá temos lutado para todos. Pena que alguns colegas, no momento, não estatutários, por enquanto, estão realmente nessa míngua que estão e nós somos contra. Queremos a melhoria dos senhores.

Concluindo, digo lei salarial para todos nós, funcionários públicos, já e já, e que o governo cumpra aquilo que fez na sua primeira reunião na reinstalação do Simp(?).

O SR. MARIO COVAS NETO – Tem a palavra a Sra. Josi Miranda.

A SRA. JOSI MIRANDA – Boa tarde a todos. Sou nutricionista do HSPM e como todos aqui já sabem o HSPM é o que está em pior condição entre os servidores públicos. Acredito que como servidores do povo todos nós merecemos um salário digno, independentemente, de ser do HSPM, autarquia, engenheiros e arquitetos. Essas divisões, essas discussões prolongadas só pioram a situação de quem vive uma situação de miséria, que é o que vive o pessoal do HSPM, principalmente. Só quem está no HSPM, que ganha esse salário de miséria sabe o que é viver com 610 reais, quem não ganha isso não sabe.

Acredito na diferença não só de salário, mas de trabalho também, pois as condições de trabalho que o pessoal vive lá são indignas. Três auxiliares de enfermagem para uma ala inteira, nós nutricionistas somos quatro plantonistas por dia para trabalhar com 200 e poucos pacientes. Uma nutricionista para o hospital inteiro no final de semana. Por conta do salário, nós temos de viver de extras, nós vivemos com extras. Semana passada fiz 82 horas direto. Vocês sabem o que é isso? Acredito que muitos aqui que ganham salários acima de 10 mil reais não trabalham nem 10 horas por dia. Não sabem o que é isso. Eu trabalho mais de 200 horas por mês para ganhar 2 mil reais que não me dá condições nem de pagar um aluguel, eu moro no extremo sul da cidade e trabalho na região central e não tenho condições de pagar um aluguel.

Para concluir, fiz quatro anos de faculdade, dois anos de pós-graduação, estou na minha segunda pós-graduação, que é sobre saúde do trabalhador e ecologia humana e foi a própria Prefeitura que nos ofereceu esse curso. E pelo o que eles querem o que o pessoal está ganhando não há condições de o trabalhador ter saúde. Como vamos cuidar de pessoas doentes sem saúde? Porque não conseguimos nem comer bem. Então, pedimos a colaboração dos Vereadores para que pensem nos menos favorecidos.

Obrigada.

(Manifestações fora do microfone)

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Suspendo esta audiência pública por alguns minutos.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Mario Covas Neto.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Passo a palavra ao Sr. Claudio Campos. Peço para que a Sra. Luciana Melo, bibliotecária, fique a postos para falar em seguida favoravelmente.

O SR. CLAUDIO CAMPOS – Boa tarde a todos. Normalmente não costumo falar, não sou muito hábil com as palavras, mas sempre reparo que a gente fica numa situação como se os servidores estivessem contra os servidores e, na verdade, não é isso. Tenho certeza de que todos aqui estão pensando em defender seus salários, suas remunerações. Alguns estão

Matéria PLO 3/2014. Documento digitalizado e autenticado por CARLOS EDUARDO GOMES. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pid=91146

autuado por Carlos Eduardo Gomes em 29/07/2021 15:39:42.
Folha nº 111
do Processo nº 04-003/2014
Ana Lúcia de Oliveira Sousa
RF.: 100823

mais meticulosos no sentido de não aceitarem vender seus direitos. Outros, talvez por uma situação mais precária, estão aceitando vender os seus direitos.

Mas, aí eu pergunto: quais direitos são vendíveis, são alienáveis? Acho que a gente deveria refletir um pouquinho sobre isso. Tenho certeza de que todos os que se dizem contra o subsídio são favoráveis ao pessoal do HSPM, do nível básico, do nível médio e de todas as outras categorias ter um salário que mereça. (Palmas) Não acredito que alguém pense que outra categoria deva ser prejudicada.

Cada um irá observar as peculiaridades das suas carreiras para não perder direitos. Então, acho que é isso. Gostaria só de trazer uma mensagem para todos os colegas aqui presentes no sentido de que pensem que nós estamos todos do mesmo lado, somos todos do mesmo lado. Somos todos servidores públicos.

Particularmente, os engenheiros e arquitetos estão mais envolvidos nessa questão, porque são o objeto do PL que está sendo tratado agora. Então, obviamente vamos nos deter com mais atenção a essa questão, porque nós somos diretamente afetados. Mas, em nenhum momento estamos pensando nessa questão no sentido de prejudicar qualquer outra categoria.

Acho que era isso que eu gostaria de dizer. Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Muito obrigado. A próxima a falar contra é a Sra. Benê, do Sinesp. Com a palavra a Sra. Luciana Melo.

A SRA. LUCIANA MELO – Boa tarde. Boa tarde aos colegas, boa tarde aos Vereadores. A gente está quase há mais de um ano nessa luta. Falando um pouquinho de histórico, em 2013, a gente teve um reajuste salarial para o nível básico e nível médio. O nível universitário e a saúde aguardaram algum reajuste.

Em setembro de 2013, tivemos a proposta do Governo, que foi a proposta por subsídio. Realmente a princípio foi uma proposta que gerou dúvidas. As pessoas se manifestaram; nós paralisamos unidades, fizemos greve, palestras, assembleias, seminários, enfim, chegamos a esse ponto. A gente está em novembro de 2014 com a campanha salarial de 2013 absurdamente. A gente vai virar para 2015 com a campanha salarial de 2013? Não dá, gente, não dá.

Eu sou bibliotecária, especialista em informação e cultura, também sou dirigente sindical. Nas últimas semanas tenho passado nas unidades para discutir com o trabalhador sobre a proposta. Passei em hospitais, em bibliotecas, em CEUs, em CRASs e a realidade é terrível. Na semana passada fui ao Hospital João XXIII, peguei o holerite do trabalhador de 600 reais. Sentei-me com esse trabalhador para fazer o cálculo de quanto vai ganhar, de quanto vai aumentar a proposta para ele. Ia dobrar o salário, o cara quase chorou, gente. Pelo amor de Deus, do que a gente está falando?

(Manifestações fora do microfone)

A SRA. LUCIANA MELO – Agora, é o seguinte: quando alguém abre a boca para falar que GDA é salário, gente, por favor. Tenho uma colega, que ficou doente semana passada. Esse mês ela não vai ter o GDA. Gente! Salário, é salário, gratificação é gratificação. Vamos separar as coisas. E outra coisa. Só para concluindo. Todos estão falando da mudança da lei salarial. É uma briga. Ano que vem, são 20 anos da lei salarial. Convido todos, contra ou favor, vamos para as ruas. Mudança da lei salarial.

O SR. PRESIDENTE(Mario Covas Neto) – Tem a palavra a Sra. Bene.

A SRA. BENE – Boa tarde a todos. O Sinesp, é o sindicato que represento, tivemos recentemente uma experiência muito negativa na educação. Houve uma mudança, uma reestruturação na carreira, o aumento de duas referências, e os aposentados foram excluídos. E segundo, o Secretário da pasta, por opção política do Governo em não levar os aposentados. O que houve conosco, ocorre com os subsídios. O aposentado é o grande prejudicado da vez. Se ele está no último lance da carreira, ele não irá para o último lance. Para a última referência do subsídio. Faz-se a equivalência, onde ele ficar, ficou... Meu sindicato é contra os subsídios, porque é uma forma de excluir o aposentado dentre outros problemas que ocorre. Indago, ao Governo, na pessoa do Christy, logo de inicio falou que a Constituição permite o subsidio. Permite-se! Então porque esse PL? Tem de retirar esse PL. Não tem de ter alteração da Lei

Matéria PLO 3/2014. Documento digitalizado e autenticado por CARLOS EDUARDO GOMES. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=611402

autuado por Carlos Eduardo Gomes em 29/07/2021 15:39:42.

Orgânica. E outra coisa, não me impressiono com vaias, fui vaiada por três mil pessoas defendendo concurso público. Podem vaiar o tanto que quiserem.

Outra questão que levo para o Christy, estamos em uma conversa entre adultos e verdadeiros. O Christy veio com argumento em relação à complementação do inciso II, salvo, exceções, justificou de uma forma que não é verdadeira. Acabou de falar que se os procuradores se mantiverem como estão, os procuradores vão também ter o direito a sexta parte por meio de vencimentos integral. Não é verdade esse seu argumento, porque o 97 atual, fala em integral, não fala em vencimento por padrão. A redação é a mesma. Não tem alteração. Você usou um argumento falso para justificar uma coisa que não é verdade. Diante do argumento falso fica a duvida. Mudar a Lei Orgânica para quê? Por que quer estender para as outras carreiras o que hoje está sendo benéfico para algumas?

Então acredito que tem de rever essa questão. Queremos verdade na relação. Muito obrigada!

- Manifestações na galeria.

O SR. PRESIDENTE(Mario Covas Neto) – Com a palavra o Sr. José Henrique.

O SR. JOSÉ HENRIQUE – Boa tarde a todos. Sou Biólogo e funcionário do Hospital do Servidor Público.

Antes de tudo, gostaria de limpar ao meio de campo, aqui ninguém está vendendo os direitos. Nós conquistamos nossos direitos com muito sangue, muita luta. Então aqui ninguém está vendendo o direito em troca ou daquela melhoria. Segunda coisa, nós também nos debruçamos sobre esse plano, nós nos debruçamos e por isso conquistamos, através de argumentos, os companheiros do HSPM, da Zoonose, das autarquias, dos CEUs, mais de 30 mil companheiros e companheiras que são favoráveis, ou seja, foi uma conversa e é a maioria dos companheiros. E um parênteses, nós somos favoráveis sim a uma política salarial. O subsídio, a nosso ver, não é contrário à política de lei salarial e nós toda vez que os professores municipais fazem a greve, fazem uma reivindicação, nós trabalhadores apoiamos porque sabemos que fazemos parte da mesma luta.

E uma segunda coisa é o HSPM é favorável aos projetos que estão nessa Casa e pedimos que os Vereadores aqui presentes e os que não estão presentes, que apoie esse projeto. Novamente, não vemos contradição entre essa defesa do subsídio e uma política salarial e nós achamos que a defesa do subsídio não é defender privilégio. Defender privilégio é quando um grupo minoritário ganha mais de 90% do conjunto de funcionário público. Isso é defender privilégio. Defender privilégio é não se manifestar contra a corrupção, contra a boquinha dos alvarás. Isso é defender privilégio. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – O segundo a falar favoravelmente é o Sr. Alexandre Mazoni, que falará a seguir e peço que fique posicionado.

Tem a palavra o Sr. Guerra, da FASP.

O SR. GUERRA – Boa tarde a todos. Durante o ano passado todas as entidades foram favoráveis a que o Governo fizesse um reajustamento, um reenquadramento na tabela salarial do nível médio e do nível o e ficou com a promessa de que ano de 2014 iria fazer o mesmo com os profissionais de nível superior e entre outros compromissos que foram assumidos no protocolo. E durante o ano de 2014 foi criado um grupo de nível superior, estou falando do pessoal do nível superior ao qual eu pertenço, onde foi pedido para criar alguma proposta para esse grupo de carreiras do nível superior.

Todas as carreiras que pertencem a esse quadro pediram a revalorização e a reclassificação da tabela do nível superior. Ficamos durante os três ou quatro meses discutindo esse assunto e em nenhum momento o Governo apresentou outra proposta nesse sentido. Quando nós apresentamos a proposta ao Governo, assinada por todas as categorias e todas as carreiras desse projeto, um valor de reclassificação, de revalorização da tabela, o Governo apresentou o projeto de subsídio já em setembro desse ano e aí foi pego todo mundo de surpresa, porque ninguém estava esperando subsídio, ninguém pediu o subsídio. O conjunto do funcionalismo não pediu o subsídio, até porque é um conceito que ninguém conhece e quem já tem desde 2008 no Governo Federal já está pedindo para negociar e voltar esse

Matéria PLO 3/2014. Documento digitalizado e autenticado por CARLOS EDUARDO GOMES. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?p=ID 211402

autuado por Carlos Eduardo Gomes em 29/07/2021 15:39:42.

conceito. Então por isso que a gente é contrário à alteração da Lei Orgânica para pagamento por subsídio. O nível superior da Prefeitura pediu e quer somente a revalorização da carreira e a revalorização da tabela que existe hoje, com o mesmo cargo que existe, somente revalorizando a tabela. É isso que nós pedimos e é isso que nós gostaríamos que o Governo fizesse para nós.

É só isso.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – A próxima pessoa a falar contrariamente, é o Sr. Agenor Mônaco.

Tem a palavra o Sr. Alexandro Mazoni.

O SR. ALEXANDRE MAZONI – Boa tarde a todos. Eu faço parte de uma categoria que é de especialistas em meio ambiente, da Secretaria do Verde e Meio Ambiente.

A capacidade de pensamento e reflexão não é exclusividade de um grupo ou de outro, que isso fique claro. Nós também estudamos o PL, nós também lemos e uma coisa que precisa ser esclarecida aqui é que lei salarial e aprovação desse PL não são coisas excludentes. Eu sou favorável à lei salarial, claro, porque o que adianta ser vencimento, ser subsídio e isso ficar congelado por dez, doze anos para todos? Não há nenhuma garantia, ou vencimento ou subsídio, do reajuste. Entrar na remuneração por subsídio não significa que o salário será congelado, como está já. O que nós temos de diferente? Nada.

Outro esclarecimento que precisa ser feito. O subsídio absorve a gratificação, ele absorve o quinquênio, a sexta-parte. Se alguém viu as tabelas, se alguém leu realmente esses PLs vai perceber que menos de 2% dos servidores de nível superior é que não terão um aumento.

- Tumulto.

O SR. ALEXANDRE MAZONI - É verdade isso. Há aqui um representante de Sempla que pode apresentar os dados oficiais. Os únicos servidores que não terão aumento são aqueles que terão ações judiciais incorporadas nos salários. Claro. Alguém está no final da categoria, no final da carreira, terá sim aumento. Será pouco, claro. Mas quem está no início da carreira terá um aumento maior. Por favor, leiam e se esclareçam. Não sejam manipulados.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – O próximo que falará favoravelmente é o Sr. Paulo Soares, que já peço que fique próximo do microfone.

Tem a palavra o Sr. Agenor Mônaco.

O SR. AGENOR MÔNACO – Companheiros, nós não precisamos minimizar a gravidade da nossa situação, seja dos companheiros do hospital e de outros tantos companheiros que defendem o subsídio, seja a nossa. Não é verdade que essa divisão aqui, que foi urdida pelo Governo, é entre pobres e ricos, não é verdade. Companheiros me ouçam. Segundo, não é verdade que queremos uma reposição linear, porque quem pode mais pode menos e se o Governo pode tirar direitos históricos dos trabalhadores, que não tem nada a ver com a proposta, que não está embutida na proposta do subsídio, porque está se tirando nada mais, nada menos, que uma gratificação por tempo de serviço na Prefeitura e nós ficamos perplexos que o Partido dos Trabalhadores venha retirar um direito, não um privilégio.

Mas seria possível muito bem o Governo dar um reajuste escalonado para bem valorizar os servidores que têm um salário indigno. Mas o Governo preferiu usar essa indignidade dos salários para constrangê-los a aceitar a retirada de direitos. O Governo dividiu a categoria do funcionalismo e o Governo cercou funcionários que estão há 20, há 30, há 15 anos, que são os funcionários mais antigos, que enfrentaram a ditadura militar no trabalho, que lutaram por direitos. É verdade, que ajudaram a organizar o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais, que é o nosso sindicato, apesar das divergências e vocês precisam ter claro isso.

Por fim, não é verdade que temos direito de opção. A nossa opção é entre uma tabela que tem reajuste e uma tabela que não tem reajuste. Então o governo segue, de uma forma absurda, dividindo a categoria, passando por cima de direitos históricos dos trabalhadores, negando a história do Partido dos Trabalhadores.

- Manifestação popular.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) - Tem a palavra o Sr. Paulo Soares, da

Matéria PLO 3/2014. Documento digitalizado e autenticado por CARLOS EDUARDO GOMES. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=911402

autuado por Carlos Eduardo Gomes em 29/07/2021 15:39:42.

zoonose.

O SR. PAULO SOARES – Boa tarde a todos, boa tarde aos Vereadores.

A remuneração por subsídio está bem distinta entre os que ganham mais de cinco mil reais e os que ganham menos de cinco mil reais de salário-base. Eu duvido que exista, entre as pessoas de preto, uma pessoa que receba salário-base de 755 reais.

Segundo protocolo assinado com o Governo no dia 3/06/14, segundo os sindicatos, o governo se propôs a fazer uma mudança da lei salarial. Então todos temos de brigar, de preto ou de branco, pela lei salarial, sim.

- Manifestação popular.

O SR. PAULO SOARES – A não aprovação do PLO 003 significa a não valorização daquele servidor que está na rua tomando sol, o caso da Zoonose, a não valorização daquele servidor que está no Hospital do Servidor Público cuidando dos servidores para que todos nós possamos fazer um trabalho digno para a população.

- Manifestação popular.

O SR. PAULO SOARES – Eu não quero abrir mão do meu quinquênio e da minha sexta parte porque é direito, eu quero abrir mão porque é ridículo eu ganhar, de quinquênio, 40 reais. Meu salário está aqui para qualquer um de preto que queira ver. Está aqui a minha tabela. Eu duvido que qualquer um de vocês ganhe menos do que isso, ou se ganha alguma coisa no meu padrão inicial.

- Manifestação popular.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) - Senhores! Senhores! A discussão entre vocês não contribui. Desculpe. Se a ideia é resolver o assunto, vocês estão mostrando para gente que não há solução para o assunto. Vão me desculpar. É preciso haver um entendimento.

- Manifestação popular.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) - Senhores, nós precisamos dar andamento. Como disse inicialmente, às três horas começa a sessão plenária. Temos 17 minutos, e uma infinidade de pessoas que se inscreveram. Vou ter que abreviar, até porque acho que, diante da fala de vocês, é interessante ouvir alguém do governo. Ele anotou uma série de questionamentos, e eu imagino que vocês têm interesse de escutá-lo.

Passo a palavra a ele, que responde o que anotou até agora. E, em seguida, havendo prazo antes das três horas, continuamos abrindo a palavra, conforme as inscrições forem sendo feitas.

Tem a palavra o Sr. Christy.

O SR. CHRISTY – Obrigado, Vereador.

Vou tentar responder no atacado as questões levantadas.

A primeira questão a ser abordada foi levantada pelos representantes dos servidores da educação. Apresentaram-se a Benê, a Margarida e o Cláudio. Teve também o Floreal e o Adelson. Vários servidores representantes da educação que se colocaram contra o subsídio.

É importante esclarecer que o debate não tem nenhuma relação com a carreira da educação.

- Manifestação popular.

O SR. CHRISTY – Outra questão importante: o Sr. Floreal disse que, nos últimos dez anos, não existiu nenhum reajuste. Contudo, a educação, que representa 106 mil servidores, mais da metade dos servidores, recebeu 119% de reajuste acumulado nos últimos sete anos. Então não é justo se colocar...

- Manifestação popular.

O SR. CHRISTY – Eu ouvi atentamente as críticas colocadas pelos senhores...

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Gente, por favor, é uma oportunidade de se ter o diálogo. Vocês estão direito o direito de ele expressar sua opinião. O governo já veio aqui e começou mudando uma proposta original, ou seja, o dialogo tem de estar aberto para que as coisas aconteçam. Se esticarmos muito a corda, as coisas não avançam. (Palmas)

Matéria PLO 3/2014. Documento digitalizado e autenticado por CARLOS EDUARDO GOMES. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=911406

autuado por Carlos Eduardo Gomes em 29/07/2021 15:39:42.

Por favor, vamos ter um pouco de paciência, vamos escutar. Depois será aberta a palavra, dentro do tempo, para que as pessoas se manifestem. Muito obrigado.

O SR. CHRISTY – Ainda nessa linha, Benê, que é uma pessoa por quem eu tenho muito respeito, e com quem tenho um diálogo franco e aberto, eu não gostaria de você falar que eu estou usando argumentos falsos, até porque é o que está dado. Hoje, a carreira dos procuradores, a sexta parte é calculada apenas sobre o padrão. Há todo um debate sobre a dubiedade na forma pela qual está redigido o art. 97 hoje. A proposta de redação é justamente para eliminar essa dubiedade. O Dr. Robson já colocou isso na fala inicial dele, de como o TJ vem encarando essa situação, apenas para eliminar essa dubiedade e manter tal como está hoje, que na carreira de procurador não deve ser computados... Porque está na lei. A lei do procurador é a sexta parte apenas sobre o padrão, não sobre os vencimentos integrais. Então essa é a questão.

Com relação à questão do cunho negocial.

A Margarida levantou, como representante do Fórum, que no ano passado as entidades se colocaram contra o subsídio. Esse debate começou há mais de um ano, não é de agora. Há mais de um ano que estamos negociando. Já colocamos isso várias vezes. E negociação não é apenas quando a sua opinião deve prevalecer.

- Manifestação popular.

O SR. CHRISTY – Sempre quando a opinião de vocês não prevalece, vocês usam o argumento "o governo não negocia". Essa é uma verdade. Nós estamos negociando há um ano. Convencemos boa parte das entidades do funcionalismo de que a proposta é adequada. Veja este plenário: temos 30 mil servidores representados deste lado discutindo a questão do subsídio. São planos de carreira que não se aplicam aos 106 mil servidores da educação.

Ponto 2: planos de carreira ora instituídos...

- Manifestação popular.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Por favor, vamos garantir a sua palavra. Vamos escutar com um pouco de gentileza, por gentileza.

O SR. CHRISTY – Os planos de carreira ora instituídos têm caráter de opção do servidor.

Outra questão importante: "o governo está retirando direitos do trabalhador".

Agenor, você, que falou muito fortemente sobre isso: se eu quisesse retirar os seus direitos, seria mandatório, obrigatório, você não teria escolha. Não é mandatório. E mais, Agenor, vocês estão falando que o governo está retirando o direito à progressão exclusivamente por tempo. Quinquênio e sexta parte é isso: direito interno às carreiras de progressão exclusivamente por tempo. Como é a evolução hoje? Vamos pegar a carreira do PCSS (?) hoje.

Se você está na referência 6 e vai passar para a 7, você tem que esperar dois anos e passar por avaliação. Está na 7 vai passar para a 8, tem que esperar dois anos e passar por avaliação.

Hoje, as carreiras propostas mantêm o direito de progressão exclusivamente por tempo. Você vai passar da referência 6 para a 7...

- Manifestação popular.

O servidor não vai mais esperar dois anos para saltar de uma referência a outra, apenas um ano e meio, e não precisará de avaliação, porque será por tempo.

- Manifestação popular.

O SR. CHRISTY – Outra questão fundamental colocada aqui, e que é uma inverdade, um desconhecimento absoluto com relação ao subsídio: "o subsídio vai prejudicar na hora de se aposentar". Ao contrário, servidores, hoje, da saúde, ao se aposentarem, uma série de gratificações que compõe o salário não são levadas para a aposentadoria. São inúmeras as gratificações não levadas para a aposentadoria. Se o servidor se afasta...

- Manifestação popular.

O SR. CHRISTY – Hoje, na saúde, o servidor em licença não recebe uma série de gratificações, e o salário despenca. Então o debate que está sendo feito aqui... "Ah, não, o

Matéria PLO 3/2014. Documento digitalizado e autenticado por CARLOS EDUARDO GOMES. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pid=911402

autuado por Carlos Eduardo Gomes em 29/07/2021 15:39:42.

subsídio é algo obscuro". Não tem nada de obscuro. Ao contrário. Eu sou servidor, vocês são servidores públicos. Todo mundo gosta de falar: "O meu salário é só 1.800". Não, o seu padrão é 1.800, mais uma série de gratificações que compõem o seu salário. O subsídio torna transparente para a sociedade qual é de fato o seu salário, é uma rubrica única. Mais: todos os servidores, hoje...

- Manifestação popular.

O SR. CHRISTY – Os servidores que, hoje...

- Manifestação popular.

O SR. CHRISTY – O meu está no Portal da Transparência; não tenho nenhum problema com isso.

- Manifestação popular.

O SR. CHRISTY - Para encerrar, colocaram um falso dilema dizendo que 'tem que rever a lei salarial e não fazer subsídio'. Essas questões não são excludentes. Tanto que está em protocolo o compromisso de revisão pelo Governo, através de um GT. Foi redigido de comum acordo com as entidades. Isso não tem nenhum problema.

- Manifestação popular.

O SR. CHRISTY - Hoje, as carreiras da Prefeitura, que estão sendo reestruturadas, tal qual consta do protocolo, o qual resultou de um debate sobre reestruturação, neste ano, das carreiras de nível superior, da Saúde e da Guarda.

Essas carreiras que estão sendo debatidas, cada uma têm as suas peculiaridades. À Guarda não se aplicará o subsídio. Se pegarmos a Forças Policiais do Estado de Goiás, veremos que lá há o subsídio. Carreira da Saúde na Prefeitura de Manaus tem subsídio.

Então, não é verdade que isso é uma inovação da Prefeitura. A ideia de carreira de Estado, portanto, se aplica a uma cidade como São Paulo que tem um porte de Estado, uma cidade que não pode prescindir de salários iniciais dignos do funcionalismo, uma carreira digna para o ingresso e para a progressão.

Se olhar hoje a carreira com um salário inicial, que com a gratificação mais o padrão mal, mal, chega aos R$ 3.000,00.

Estamos fazendo uma discussão de o salário inicial chegar a 6 mil. (Palmas)

Se isso não é um avanço, é 100% de reajuste para uma faixa significativa dos servidores.

- Manifestação popular.

O SR. PRESIDENTE (MARIO COVAS NETO) – Tem a palavra, pela ordem, o Vereador Gilson Barreto.

O SR. GILSON BARRETO – O Governo deve estar batendo palmas para todos vocês. Quando percebe que, teoricamente, tem uma divisão dentro do serviço público. Isso está demonstrando, talvez - falo porque sou funcionário público também, com muito orgulho, tenho 22 anos nesta Casa como Vereador -, uma imaturidade, principalmente, das organizações, dos segmentos, que ainda não conseguiram sentar-se e chegar a um denominador e dão um cheque em branco para o Governo, neste momento, em que há uma discussão na Câmara Municipal de São Paulo, que será votada pelos Srs. Vereadores,

Claro que vem de cima.

Eu nunca enfrentei sérios problemas nesta Casa em discussão na questão do funcionalismo e falo com propriedade.

O que acho é que vocês devem sentar-se e chegar a um denominador.

Antes de tudo, Dr. Cristian, eu, na semana passada, encaminhei dois requerimentos pela Comissão de Administração Pública, a respeito do ponto eletrônico, porque foi feito um pregão pelo Governo para ponto eletrônico para 150 mil funcionários. (Palmas)

Em seguida, se vocês quiserem a informação que não têm é bom ouvir. Depois, foi feito outro pregão se desfazendo daquele e reduzindo para 40 mil funcionários. Isso é a Prefeitura que fez. Para os 150 mil funcionários, vão gastar, aproximadamente, 600 milhões; para 40 mil funcionários vão gastar 150 milhões.

O meu requerimento foi, por meio desta Comissão, ao Tribunal de Contas para

Matéria PLO 3/2014. Documento digitalizado e autenticado por CARLOS EDUARDO GOMES. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pk=911400

autuado por Carlos Eduardo Gomes em 29/07/2021 15:09:42.

suspender esses pregões.

Segundo, informação ao Executivo para saber quem vai marcar o ponto eletrônico? O pessoal do HSPM, os professores, os engenheiros ou os motoristas? Não sei. Eu pedi informação e, depois, informarei vocês.

Além do projeto de vocês, há mais dois ou três que tratam de funcionários, o 311, 312 e tudo o mais, e outros que estão para vir.

Então, acho que vocês têm que discutir. A primeira coisa: vocês têm que discutir o padrão, qual o mínimo que vocês têm que ganhar. (Palmas) Partindo disso, se discute o resto.

Todos vocês estudaram para fazer um concurso, por mínimo que seja. Será que o que o dinheiro que eu ganho vai dar para pagar para o meu filho fazer o mesmo concurso que eu fiz, mesmo ganhando pouco? É isso que precisa ser discutido.

Eu ouvi uma companheira falando em 750 reais. É cabível? Não é. Tem alguém que está concordando com isso? Não tem.

Então, precisam definir o padrão mínimo que querem para cada carreira. Depois, continuem conversando.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

- Manifestação popular.

O SR. PRESIDENTE (MARIO COVAS NETO) – Senhores, por favor, vamos manter o nível.

Como falado, anteriormente, às 15h, teremos a reunião ordinária e teremos que encerrar esta audiência pública.

Quero anunciar que foi entregue à Comissão de Administração Pública dois documentos: um assinado pela Federação das Associações Sindicais e Profissionais da Prefeitura Municipal de São Paulo, e peço licença para fazer a leitura na nossa próxima reunião, devido ao adiantado da hora; o outro da Engenheira Denise Lopes de Souza, o qual também lerei na próxima reunião da Comissão de Administração Pública.

A próxima reunião desta Comissão será na próxima quarta-feira, às 14h.

Senhores, informo que, amanhã, às 13h30, vamos discutir o projeto 311. Aqueles que quiserem vir amanhã estão convidados.

Estão encerrados os nossos trabalhos.

Muito obrigado pela presença de todos.

Matéria PLO 3/2014. Documento digitalizado e autenticado por CARLOS EDUARDO GOMES. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=3114402.

autuado por Carlos Eduardo Gomes em 29/07/2021 15:39:42.

Ao

SSP-21

Com a Juntada das Aud. Publ.

05/01/2016

Ana Lucia de Oliveira Sousa
Assistente Parlamentar
RF. 100.823

Matéria PLO 3/2014. Documento digitalizado e autenticado por CARLOS EDUARDO GOMES. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=311402.